



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: IMPASSES E PERSPECTIVAS

EIXO: Educação e Políticas Públicas

Iágrici Maria de Lima Maranhão[i]

RESUMO

O presente trabalho insere-se no debate sobre a gestão democrática da educação mais especificamente, a gestão democrática escolar, tendo como objetivo compreender como esta vem se materializando no âmbito da escola através das ações do **Conselho Escolar**. Para tal, fez-se necessário a realização de uma revisão bibliográfica no sentido de construir as categorias teóricas que o norteiam: Para a coleta de dados foram realizados dois Grupos Focais que mostrou que a apatia e a centralização de poder na pessoa do gestor constituem-se como obstáculos ao trabalho do Colegiado Escolar, ocasionando um grande hiato entre a comunidade escolar e o Conselho, fazendo com que os atores não desejem participar das instâncias democráticas, provocando um obstáculo a inserção de práticas democráticas na escola.

Palavras-chave: participação social, conselho escolar, gestão democrática

ABSTRACT

This work is part of the debate on the democratic management of education more specifically, a democratic school, aiming to understand how this comes materializing within the school through the actions of the School Board. For this, it was necessary to carry out a literature review in order to build theoretical categories that guide: For data collection were two focus groups that showed apathy and centralization of power in the person of the manager constitute as obstacles to the work of the Collegiate school, causing a large gap between the school community and the Council, so that the actors do not wish to participate in the democratic bodies, causing an obstacle to entering democratic practices in school.

Keywords: social participation, school board, democratic management

Introdução

As transformações sociais que ocorreram ao longo dos tempos, provocam mudanças e trouxeram desafios para a educação. O sistema capitalista ocasiona um novo padrão de acumulação decorrente das reformas ocorridas no panorama econômico, o que, por sua vez, reorientaram a relação entre o Estado e a sociedade. Nesse contexto, os movimentos sociais também emergem buscando redefinir suas práticas através de uma atuação que auxiliasse na descoberta de identidades e do sentimento de pertencimento a um determinado grupo na construção de um projeto coletivo.

Nesse panorama de busca pela edificação de um projeto coletivo, percebemos a existência de uma intensa

relação entre o ato de governar e o povo que surge a partir das lutas da sociedade civil em prol de um estado democrático de direito, originando um olhar diferenciado sobre o sujeito social e sua capacidade de articular, interferir e influenciar. É nesse painel que se delinea a influência do paradigma neoliberal através de concepções como a de que todos os indivíduos nascem livres, iguais, mas que ao mesmo tempo, reduzem a cidadania a um mero *status* legal, visando à prosperidade individual.

Podemos afirmar que o cenário educacional também indica essas mudanças uma vez que a gestão escolar no Brasil exprime as tensões do panorama político, econômico e social. Nesse sentido, não poderíamos assinalar apenas um elemento que apresentasse a significação dessas mudanças, pois assim estaríamos simplificando a amplitude política da conjuntura brasileira. Entretanto, em linhas gerais o discurso sustentador dessa nova escola faz surgir premissas pedagógicas que pressupõem uma escola mais eficiente, democrática e de acesso universal.

Mediante a necessidade de a escola atender às novas demandas, entendemos que o redimensionamento do papel do Estado, o qual a partir da lógica neoliberal deveria ser o mínimo interventor, coaduna-se com a nova estrutura da escola, que passa a ser administrada com vias a uma gestão empresarial. Dentro desse quadro a escola passa a ser entendida como um insumo essencial ao crescimento mercadológico, sendo destacado o papel da escolarização básica dentro de um modelo de gestão mais participativa e compartilhada. Mas de que participação e de que tipo de gestão estamos falando

A gestão, e nesse caso pontuamos que também a gestão educacional, assume um significado que vai além de ação ou efeito de gerir; gerência; administração. Cury (2005, p. 14) afirma que a palavra gestão provém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar, que tem em sua raiz etimológica o *ger* que significa fazer brotar, germinar e fazer crescer. Logo, entendemos que a gestão é algo que implica o sujeito na medida em que este precisa estar comprometido com as ações de gerir.

A partir disto, percebemos a necessidade de investigar como vem sendo construída a gestão democrática em Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife (PE), levando-se em conta as mudanças que ali estão ocorrendo, além da compreensão de que ainda há muito a se refletir sobre a gestão democrática. Este artigo, sintetiza pesquisa realizada em nível de mestrado que buscou compreender como a gestão democrática vem se materializando no âmbito da escola através do Conselho Escolar.

O estudo empírico foi realizado por meio de Grupo Focais, nos quais participaram dezesseis (16) conselheiros de escolas de diferentes segmentos, dois (02) representantes da secretaria de educação e dois (02) pais de alunos de escolas. De acordo com Gatti (2005) a pesquisa com grupos focais tem como principal finalidade captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. Desta forma, esse tipo de mecanismo favorece a apreensão de múltiplos pontos de vista e processos emocionais que são criados pelo próprio contexto da interação e que em outros meios poderiam ser difíceis de manifestar. O diálogo, o debate, a reflexão, o falar e o ouvir permitem a aprendizagem dos sujeitos.

Estudos, como o de Dias (2000) e Placco (2005) corroboram com o olhar de que o Grupo Focal é uma técnica ideal para se entender atitudes, preferências, necessidades, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um determinado assunto. Segundo Placco (2005, p. 302) o grupo focal pode ser definido como

[...] uma técnica de discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto.

Foi realizada, ainda, uma análise documental que nos ajudou a compreender melhor as ações da Secretaria de Educação relativas aos Conselhos Escolares, baseadas nos documentos confeccionados durante as Conferências Municipais e Leis Orgânicas do Município.

O Conselho Escolar enquanto mecanismo da gestão democrática.

Podemos afirmar que a instituição dos Conselhos Escolares como um dos mecanismos de gestão democrática da escola aporta um grande significado levando-se em conta o tempo que a sociedade passa sem ter oportunidade de participar de forma que depois do processo de redemocratização os colegiados emergem como um espaço de coletividade. O processo de democratização da escola pública torna indispensável a instituição das instâncias colegiadas, ao passo que se compreende ainda, que o ato de partilhar as decisões favorece a integração dos diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar e também a sociedade civil que está além dos muros da escola.

Dessa forma, entendemos que a administração escolar passa a contar com um empenho maior da comunidade mediante sua integração no processo decisório, de modo que ela não apenas participará das decisões, mas também será responsável pelo acompanhamento e concretização dos resultados, efetivando assim, a gestão democrática que se torna um elemento intimamente relacionado com a participação nos colegiados, associações e agremiações, constituídos por docentes, discentes, funcionários, pais, alunos e comunidade. Abranches (2006, p. 54), afirma que

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

No Brasil, as primeiras experiências relacionadas a órgãos colegiados, foram com conselhos comunitários que conforme Cyrino (2000), “tratava-se de uma participação ‘outorgada’ da população, tendo em vista que sua criação, estrutura e regras participativas eram responsabilidades do poder público[ii], restando à população a simples adesão”.

Segundo Bordignon (2005), esse ponto de vista persiste até os anos de 1980, quando começam a aparecer algumas experiências com os conselhos populares, que emergem especificamente com os governos democráticos e as práticas de participação social. Porém mesmo sem possuir o caráter deliberativo.

As experiências com conselhos deliberativos começam a se consolidar, através da “participação popular efetiva, sem mera adesão, com o surgimento dos Conselhos de Saúde e depois os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os da Assistência Social, na década de 1990” (CYRINO, 2000, p. 256). Bordignon (2005) afirma que, no contexto do processo de abertura política e redemocratização do país, na década de 1980, as associações e movimentos populares passaram a reclamar participação na gestão pública.

No final dos anos 1980, início dos anos 1990, os conselhos escolares aparecem nas políticas públicas e na legislação educacional, devido ao entendimento da importância da participação dos diversos segmentos na vida da escola. Marques (2007, pg. 72) aponta que a interação ocorrida nos órgãos colegiados proporciona a oportunidade de que os diversos segmentos têm de defender seus interesses e aspirações, partindo das relações dialógicas e materializando seu papel de co-responsável na definição dos rumos da escola.

Dessa forma, as mudanças ocorridas no contexto social, chegaram também ao espaço escolar provocando transformações no paradigma administrativo, modificando a visão do diretor como pessoa centralizadora

dos processos decisórios da escola.

A materialização da participação social culmina na inclusão do Artigo 206, inciso V que define que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais está a gestão democrática. Da mesma forma, ainda podemos fazer referência à LDB que aponta no artigo 3 inciso VIII que a “educação deve ser ministrada com base no princípio da gestão democrática do ensino público na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

À medida que atentamos para as minúcias trazidas pela nossa legislação sobre a gestão democrática, entendemos que não existe uma definição do que seja gestão democrática e de como essa seja consolidada no chão da escola. Entretanto, entendemos também que nesses documentos são apontados alguns meios pelos quais a escola pode estar vivenciando o processo de gestão democrática, como podemos perceber na LDB em seu artigo 12, que assinala a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Com relação a como serão definidas as normas da gestão democrática, a LDB em seu artigo 14 indica que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, levando em conta as peculiaridades e os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como a participação das *comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes*” (*grifo nosso*).

Verificamos então, que apenas em 1996 é preconizada, na forma da lei, a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes, mas entendendo que já em outros momentos, podemos encontrar modelos de conselhos. Salientamos ainda que é nesse mesmo período que é criado o Programa Dinheiro Direto na Escola, que faz com que a criação dos conselhos seja mais efetiva tendo em vista que esse é um dos requisitos para que a escola receba a verba, quando funcionando como Unidade Executora (UEx).

Taborda (2009), coloca que a política educacional da década de 1990 criou mecanismos contraditórios aos princípios democráticos, tendo em vista a transformação dos órgãos colegiados em UEx, mesmo entendendo que a intenção do Programa era a descentralização de execução dos recursos da esfera federal para a local.

No documento que conduz a organização e o funcionamento do Conselho de Integração Sócio Educativo (CISE) no município de Jaboatão dos Guararapes, o órgão colegiado é um espaço de articulação e debate, que tem por finalidade constituir e promover mecanismos democráticos de participação e integração da comunidade escolar, tendo em vista a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Compreendemos que o papel do colegiado nas instituições de ensino público do município, está para além da sua relação com as questões financeiras, atendendo ao que é definido na legislação nacional, como também no próprio regimento do município de Jaboatão. Conforme a normatização do CISE, o papel do colegiado fundamenta-se na participação e inclusão dos diferentes atores no processo deliberativo sobre questões financeiras, administrativas e pedagógicas.

Nesse sentido, entendemos que a incorporação do princípio de gestão democrática na educação promove a possibilidade da criação dos fóruns de decisão coletiva, autonomia e avaliação e projeto político-pedagógico coletivo, visando melhorar a qualidade da educação. Para que exista a democratização da gestão e a criação de espaços coletivos de decisões, faz-se necessário a materialização do princípio de participação.

Santos (2008, p.85) afirma que essa dificuldade decorre do fato de que as escolas encontram-se sob bases autoritárias, centralizadoras, patrimonialistas e personalísticas que instituem barreiras “quase intransponíveis para educandos e educadores” dialogarem, interagirem e avançarem em direção ao novo. Tomando posse da afirmação trazida pela autora percebemos que esses elementos podem representar

obstáculos para a consolidação da democracia através dos Conselhos Escolares. No entanto, precisamos compreender que essas características não são particularidades do ambiente escolar, pois se constituem das tradições hegemônicas que durante anos perpetuou a necessidade da hierarquia e da nomeação de um sujeito para decidir por todos.

Desse modo apontamos o estudo de Marques (2007) na discussão da cultura democrática nas escolas públicas na medida em que esse trabalho demonstra que a participação precisa estar presente no Conselho Escolar, tendo em vista que a maioria dos sujeitos que compõem o órgão percebe-no como “um dos instrumentos e mais ainda como condição de democratização da gestão escolar que é de responsabilidade coletiva e não concentrada na figura do diretor” (MARQUES 2007, p. 187).

Ainda sobre isso, Gomes e Andrade (2009, p. 87) ressaltam que o colegiado escolar se constitui em um espaço dialógico onde o exercício do poder se dá através dos conflitos e procedimentos de controle que se utiliza de um discurso “diário e visceral” que legitima a democracia escolar e a necessidade de um projeto coletivo, mas que, no entanto apesar dessa dinâmica conseguem continuar mascarando o jogo de poder e exclusão que ainda existe dentro dos Conselhos.

Entendemos, a partir da análise exposta, como um grande desafio do nosso estudo desvelar os elementos que emergem dos discursos sobre a participação dentro do órgão colegiado fomentando a materialização de práticas participativas ou de práticas excludentes.

O Regimento dos Conselhos Escolares[iii] do Município de Jabotão dos Guararapes aponta algumas estratégias, através das quais, o Conselho pode estar construindo uma gestão compartilhada como participação na discussão, na elaboração, aprovação e acompanhamento do Projeto Político-Administrativo-Pedagógico (PPAP) da escola; promoção da integração da família e da comunidade nas atividades vivenciadas na unidade escolar; administração dos recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações que contribuam para o atendimento das necessidades que interferem no desempenho e funcionamento da escola; análise, apreciação e emissão de pareceres, propondo alternativas de naturezas administrativas e pedagógicas, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas pelo Projeto Político-Administrativo-Pedagógico (PPAP) e legislação em vigor.

Para além da questão normativa, faz-se necessário perceber como aqueles e aquelas que estão na escola e na secretaria de educação percebem a possibilidade de democratização da gestão por meio do Conselho Escolar. Nesta perspectiva que apresentamos o resultados dos grupos focais realizados nesta pesquisa.

O Conselho Escolar na construção da gestão democrática da escola pública.

Buscando perceber as concepções dos atores sobre a constituição do Conselho Escolar e sua contribuição para a materialização da gestão democrática, realizamos dois (02) grupos focais em um espaço cedido por uma das escolas, atendendo sempre ao requisito da centralidade. Segundo a orientação de Gatti (2005), os grupos focais deveriam ser formados levando-se em conta pontos em comum entre os sujeitos. Dessa forma, compusemos os grupos focais da seguinte forma:

1. Primeiro Grupo Focal: composto por diretor, professores e funcionários. Foram tomados como pontos em comum a escolaridade e o fato de serem funcionários da prefeitura de Jabotão.
2. Segundo Grupo Focal: composto por mães, pais, alunos e representante da sociedade civil. Tomamos como ponto comum entre eles não fazerem parte do corpo técnico-administrativo-pedagógico das escolas estudadas.

É interessante notar a diversidade de entendimento e compreensão encontrada nas respostas, de forma que a maioria dos sujeitos, percebe o Conselho Escolar (CE) como *um espaço onde as pessoas da escola se reúnem para discutir sobre tudo, “até mesmo”, sobre o destino que será dado as verbas.* O termo *até*

mesmo, nesta fala, foi utilizado por um dos componentes do grupo representante dos professores e nos aponta um entendimento diferente desse conselheiro sobre o Conselho Escolar. Segundo a fala desse sujeito, o colegiado reflete e delibera sobre diversos assuntos até mesmo sobre o destino dado as verbas e isso nos mostra que há uma visão diferenciada em alguns sujeitos sobre as possibilidades de trabalho do Conselho e não apenas direcionar a existência do colegiado às práticas financeiras.

No entanto, sobre esse nosso primeiro questionamento voltado para o que é o Conselho Escolar, houve a fala de uma diretora que demonstrou uma visão que aponta a dificuldade de enfrentar o entendimento do CE como um espaço destinado apenas à resolução das questões financeiras da escola. A sua fala apresenta pontos relevantes. Veja-se,

As pessoas às vezes pensam que o CE é apenas para gastar as verbas, mas não é assim...(pensando). O CE é mais que isso! O problema está no fato de que a maioria das pessoas não querem participar e quando entram fazem quase que por "pressão". Daí, o CE fica a mercê desses pensamentos. Não pode ser assim! É preciso pensar diferente! Ter um olhar diferente! Se não, não sai dessa conversa de que o CE é para gastar verba. (Diretora – G1)

Percebemos na fala da diretora a necessidade de modificar essa visão de que a única função do Conselho é financeira e que apenas para isso os colegiados se reúnem, percebendo essa associação as questões financeiras um retrocesso e uma limitação da ação do colegiado.

Indagamos, ainda, sobre como deveria ser o CE. Nesse instante, a diretora rebate a fala do representante dos funcionários que afirmara que *"no grosso é assim mesmo! O conselho só funciona para receber e gastar as verbas. Só somos convidados para isso!"* (Representante dos funcionários – G1), dizendo que,

Não precisa ser assim! (Tom alto). Na minha escola já foi, mas hoje não é mais! (pensando)...Não posso negar que deu trabalho mudar as coisas. Ainda estamos trabalhando para termos um conselho autônomo, atuante e independente da articulação da equipe gestora da escola. Mas somos insistentes (risos) e a princípio tentamos colocar a necessidade da existência do órgão para o recebimento de verbas, mas lembrando S-E-M-P-R-E (alteração no tom da voz) que essa importância origina outras e causa uma luta coletiva e responsabilidade de TODOS (alteração no tom da voz). Inclusive daqueles que não fazem parte do CE. (Diretora – G1)

As falas nos indicam ainda que ainda existe uma conduta centralizadora na gestão da escola, mesmo nas que têm Conselho Escolar. Entendemos essa atitude como uma prática não democrática, tanto por parte dos diretores que tentam manter as decisões centralizadas, como por parte dos outros conselheiros que não combatem e cobram seus direitos.

Apoiados em Cury (2005), entendemos que parte dessa legitimação da centralidade do poder na pessoa do diretor decorre do fato de que este é o único membro do Conselho que não é eleito através de consulta à comunidade. Em nossa visão essa ocupação de uma das vagas do colegiado pela pessoa do diretor da forma como ocorre atualmente, pode transmitir a impressão de que este sujeito detenha mais poder que os demais membros. Entendemos, entretanto, que o diretor deve ser um dos membros do CE, tendo em vista que ele tem a tarefa de executar as deliberações do Conselho. Esta é uma das contradições da construção de práticas democráticas na escola que deve ser apontada.

O segundo grupo focal apresenta diferenças em relação ao do grupo anterior. Veja-se,

O CE é um espaço onde podemos encontrar a solução para aqueles problemas que ninguém mais pode resolver – a direção, o coordenador, a secretaria... Por

isso, faço tanta questão de sempre participar ou indicar alguém que tenha muito compromisso, que participe das reuniões e que fale pelos nossos filhos. (Representante dos pais – G2)

Quando estamos com muita nota baixa, mas somos bem comportados, ajudamos na escola, os professores e os alunos que são representantes, levam para o CE a nossa situação e eles decidem como podem fazer para que a gente não reprove de ano...pra a gente não se prejudicar. Por isso a gente (alguns) tenta não bagunçar, nem faltar com educação com ninguém. (Representante dos alunos – G2)

O discurso dos conselheiros aponta que o Conselho tem diversas conotações e isso se deve também ao fato da diversidade que cada sujeito traz de suas vivências, de suas experiências e das próprias impressões que adquirem ao participar dos mecanismos de democratização da gestão. Contudo, percebemos que o representante dos alunos em sua fala indica uma ação com relação às notas, que é realizada entre os professores no conselho de classe e não no Conselho Escolar. Isso demonstra a dificuldade de sua identificação pelo coletivo, especialmente os segmentos de pais e alunos, sem conhecimento técnico da área.

Sentimos a necessidade de questioná-los sobre a relação do CE com as verbas, tendo em vista que no primeiro grupo originaram-se muitas falas com relação ao aspecto financeiro do CE. De maneira oposta ao primeiro grupo focal os conselheiros percebem o CE não apenas como um instrumento financeiro da escola, apesar de compreenderem que os colegiados também abarcam essa função. Porém o que mais nos chamou atenção foi à visão dos conselheiros sobre a capacidade que a diretora tem em perceber todas as necessidades da escola, mais que qualquer outro representante do colegiado mantendo centralização das decisões na pessoa do diretor, contrariando o ideal de democracia na gestão.

Dessa forma, podemos afirmar que a adoção de práticas participativas não materializa a gestão democrática se essas ações não integram de fato sujeitos que entendam a necessidade de espaços democráticos. Essa ideia é corroborada por Marques (2007, p.75) quando a autora afirma que a gestão democrática não é instituída através de leis ou normatizações, mas sim se constrói através das práticas das pessoas, constituindo, assim, a cultura da escola.

Questionando os sujeitos do segundo grupo focal sobre como eles percebiam a participação do colegiado no cotidiano da escola, escutamos dos próprios conselheiros que “*não há uma percepção clara do que é o CE e das suas funções, ficando assim o órgão limitado as questões referentes a utilização das verbas*”.

Inferimos que essa percepção por parte dos pais origina um sentimento de apatia quanto aos processos decisórios, à medida que esses momentos deveriam constituir um espaço onde todos os sujeitos que compõem o colegiado poderiam expor suas visões sobre as necessidades da escola diante dos seus entendimentos sobre as mesmas e buscar soluções em conjunto, respeitando a ideia de pluralidade que vem disposta na LDB 9394/96 como princípio norteador da gestão democrática.

Analisando historicamente a escola, entendemos que a apatia também está relacionada ao tempo em que a escola repassou aos pais e alunos a ideia de que apenas os professores e especialistas estavam aptos a discutir os rumos da educação. E nesse panorama, os pais apenas participavam quando eram convocados para reuniões sobre programas sociais e comportamentos.

Consideramos que o Conselho Escolar, ao ser instituído como espaço democrático, materializa o entendimento de que cada sujeito/ator da escola merece estar integrado nos momentos decisórios e não apenas consentir com as decisões tomadas previamente, conforme vimos nos discursos dos representantes dos pais e dos alunos. Essa prática de tomar as decisões previamente sem consulta do Conselho e levá-las ao colegiado apenas para sanção da mesma, não se constitui em uma prática

democrática e distorce o significado da participação.

Sentimos a necessidade de compreender o que os nossos sujeitos entendiam como participação, já que esta é uma das palavras mais usadas na literatura sobre Conselho Escolar. Eis alguns fragmentos das falas sobre o assunto.

Concordo quando o colega coloca que a participação é quando temos nosso direito de fala respeitado, mas acho que não adianta termos o direito a fala e não sermos respeitado enquanto sujeitos participantes. O fato de termos o direito à fala, nem sempre nos dá o direito à participação. Participação quer dizer bem mais que falar; é fazer parte, tomar a responsabilidade de agir para si quando for preciso, é cobrar, é cumprir os deveres, é ser responsável e comprometido com aquilo a que se participa...enfim...tem muitos sentidos. (Representante dos professores – G1)

Não sei dizer o que é participação, mas fiquei surpreso quando fui convidado para participar do Conselho Escolar. Não entendi bem o que tinha levado a esse convite, mas depois a diretora explicou que agora o Conselho tinha que ter um representante da sociedade civil e já que era para ter alguém, ela estava me convidando porque eu era bastante conhecido da escola. Eu fico com a chave da escola, quando precisam de alguma ferramenta eu ajudo...e é assim. Acho que eu participo do conselho. (Representante da sociedade civil – G2)

De início, podemos afirmar que as falas apresentam a esperada diversidade diante da pergunta. Cada uma das falas apontam elementos que merecem nossa atenção. Enquanto que um sujeito aponta a participação como o direito à fala, outro rebate afirmando que não apenas isso promove a participação e que essa se constitui em algo mais amplo do que apenas expressar pensamentos e por fim o terceiro sujeito surpreende-se com o convite para participar, mas vê suas ações como a de alguém que participa da vida da escola ao ajudar com a chave e com ferramentas. Percebem-se, assim, diferentes concepções de participação no discurso destes sujeitos que coadunam com o viés democrático da diversidade de opiniões.

Entendemos que o ato de participar emerge das lutas sociais provocando uma mudança nos comportamentos dos sujeitos sociais, tornando-se um conceito polissêmico e dependente das compreensões dos sujeitos mediante suas vivências. Ou seja, se esses indivíduos sentem que participam da vida da escola, por estarem de posse da chave na ausência do dirigente, isso se deve às impressões que a própria escola passou a esse sujeito, de forma que para ele não é importante expor suas opiniões e sim apenas o fato de ele ser necessário para guardar a chave. Contrariamente, a ideia passada através do discurso da professora nos remete ao princípio de participação enquanto inclusão de sujeitos diversos.

Isso nos remete a refletir sobre o fato de que a cultura escolar constrói-se a partir das ações dos sujeitos. Assim, se uma escola promove ações participativas que de fato estejam materializando espaços de discussão, reflexão e deliberação, ela conseguirá estimular os sujeitos a agirem democraticamente contribuindo, assim, na formação de sua identidade e construindo uma cultura democrática no espaço escolar. Ao contrário de uma escola que tenta manter a neutralidade e a parcialidade, fazendo com que seus atores sigam inertes às necessidades da escola e não se sintam responsáveis em ajudar a buscar soluções para essas necessidades.

Conforme os objetivos desse estudo, achamos importante perceber como os sujeitos da escola que não participavam de nenhum mecanismo de participação entendiam o CE. Para tanto, utilizamos de entrevistas informais. Durante as nossas entrevistas, encontramos diversos olhares sobre o Conselho, assim como sobre participação e democracia. Veja-se,

A gente nem sabe quem são as pessoas que participam do Conselho, quanto mais

saber do que eles decidem. Não tem nada divulgado aqui não! Agora, de tempos em tempos, ficam correndo atrás do povo, para fazer parte do Conselho, mas daí dizer que o Conselho conversa com a escola [...] ah! Isso não acontece não. (Pai de aluno - não conselheiro).

Quando há eleição para participar do Conselho Escolar, há divulgação, mas ninguém se interessa porque é muito cansativo e tem que ter muito compromisso. Eles colocam na parede um quadro bem grande com o que eles gastaram o dinheiro e quando precisamos resolver algum problema com um aluno bagunceiro, com um vizinho que pula o muro para usar droga na escola, com um professor que falta muito, nós procuramos o conselho. Participamos da reunião e falamos sobre os problemas. Eles conversam e decidem o que é melhor pra escola. Depois a decisão é divulgada ou através de um informativo ou nas reuniões. Aqui na escola eu vejo que ninguém decide nada sozinho, é um conjunto. Pode até não ser, mas é o que eu vejo. (Mãe de aluno - não conselheira)

Os discursos acima demonstram pontos de vistas díspares que denotam experiências diferentes nas escolas. Isso nos remete ao fato de que em cada escola constrói-se uma cultura, seja essa de caráter participativa ou autoritária. A construção de uma cultura democrática está relacionada às ações que a escola desenvolve e a como elas são vivenciadas, de forma coletiva ou não.

Por fim, entendemos, a partir dos grupos focais realizados e da análise das entrevistas, que a legislação e a promulgação da criação dos mecanismos de participação não fazem, por si só, que a escola seja um local de práticas democráticas. O discurso dos sujeitos nos mostram estas oposições e nos remetem a novamente olhar a democracia na escola sobre a ótica da cultura democrática, que está para além da existência das leis. Assim, a democracia na escola se consolida pela prática dos sujeitos e, nesta direção, o Conselho Escolar como um dos principais mecanismos de democratização das Unidades Escolares públicas tem um papel fundamental.

Finalizando

Considerando o processo de democratização da escola pública é que tentamos ao longo desse estudo refletir sobre a dinâmica do Conselho Escolar para a sua construção e materialização tomando como unidade de análise as escolas da rede de ensino do município de Jabotão dos Guararapes. O histórico educacional desse município vem apresentando reformulações que decorrem do panorama nacional com a promulgação da carta magna de 1988 a qual institui a "gestão democrática do ensino público na forma da lei" como princípio da educação.

A instituição da gestão democrática nas escolas públicas se constituiu em um processo histórico de lutas e conquistas que culminou na promulgação da legislação, em âmbito nacional, estadual e municipal, que a institui como princípio da educação, particularmente a educação pública. Compreendemos que esses ideais foram se estendendo aos municípios dando-lhes o direito de organizarem os seus sistemas de ensino.

Constatamos que entre os anos de 2007 e 2011, houve uma mobilização relevante da prefeitura do Jabotão dos Guararapes no sentido da construção da gestão democrática nas escolas públicas municipais. Podemos perceber que as ações com os Conselhos Escolares têm suas atividades iniciadas anteriormente, mesmo que de forma não tão intensa. Conforme vimos em nosso estudo, a atual gestão municipal vem adotando práticas de maior abertura à população. Conseqüentemente, a população tem sentido uma maior promoção de espaços para debate, reflexões acerca da vida do município e tem participado ativamente da busca por soluções dos problemas da cidade.

Entretanto a análise do material coletado indica os entraves que persistem na consolidação do processo de descentralização das decisões. Neste sentido, percebemos em nossos dados uma forte presença da figura do gestor como a pessoa capaz de decidir por todos os rumos que a escola deve tomar. Isso ficou claro nos discursos dos sujeitos que apontam o gestor como a pessoa que decide desde quem vai participar do Conselho até como as verbas vão ser gastas.

Percebemos que alguns sujeitos não percebem o Conselho como um espaço democrático de discussão, reflexão e tomada de decisões. Verificamos ainda que a potencialidade dos Conselhos não estaria sendo exploradas. Porém, entendemos que a própria comunidade pode ser propulsora, propositora e promotora dos mecanismos de participação, questionar os que já existem, como vem se organizando e como estão materializando a gestão democrática nas escolas.

Por fim, consideramos que a implantação da gestão democrática e da autonomia escolar não poderá ocorrer através de mecanismos democratizadores isolados e sim mediante a interação dos diversos mecanismos em uma política pública de educação que envolva a reorganização da estrutura dos níveis centrais dos sistemas de ensino para que possam ser conduzidas com resultados. A democracia não é algo que se concede a outro. É um processo que se realiza e se constrói através de mecanismos de participação no processo de tomada de decisão, por meio da reflexão da realidade da escola e aprofundando a qualidade do ensino com a formação de sujeitos políticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da Educação: o município e a escola. In. BORDIGNON, G. **Perfil dos conselhos municipais de educação** / Genuíno Bordignon, Mauricio Rodrigues de Araujo – 2. ed. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005.

BRASIL. Presidência da República: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federal do Brasil de 1988**. Disponível em Acesso em: 18 fev 2010

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, MEC/INEP, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000.

CYRINO, Públcio Caio Bessa. **O papel Articulador dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos de Educação**. Pela Justiça na Educação/coordenação geral Afonso Armando Konzen ...[et al.]. - Brasília: MEC. FUNDESCOLA, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Princípio da Gestão Democrática na Educação - Gestão democrática da educação pública**. Gestão democrática da educação. Ministério da Educação – TV Escola – Salto para o futuro. Boletim 19 – Outubro de 2005.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 2000. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/35>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GATTI, Bernadete A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação. São Paulo: Liber Livros. 2005.

GOMES, Alfredo Macedo; ANDRADE, Edson Francisco. O discurso da Gestão Escolar Democrática: o Conselho Escolar em foco. **Educação e Realidade** 34(1): 83-102 – jan/abr. 2009.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes. **Lei Orgânica Municipal**

do **Jaboatão dos Guararapes**. 1996.

_____. Secretaria de Educação. Gerência de Gestão Escolar. **Regimento do Conselho de Integração Sócio – Educativo (CISE)**. 2009.

_____. Secretaria de Educação. Gerência de Gestão Escolar. **Resolução elaborada durante a Conferência Municipal de Educação**. Ago -2009.

_____. Secretaria de Educação. Gerência de Gestão Escolar. **Anais da II Conferência Municipal de Educação**. Ago - 2009.

_____. Prefeitura do Jaboaatão dos Guararapes. **Lei nº 176 de 28 de agosto de 1995 – Estatuto do Magistério**.

MARQUES, Luciana Rosa. A **descentralização da Gestão Escolar e a Formação de uma Cultura Democrática nas Escolas Públicas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1999.

PLACCO, V. M. N. S.; Um estudo de representações sociais de professores do Ensino Médio quanto à AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupos focais. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. **Experiência e representação social: questões teóricas metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 295-314.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Conversas Impenitentes sobre a gestão na educação**. Belém: EDUFPA, 2008.

SANTOS, Ana Selma dos. **A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: uma análise da experiência do sistema municipal de ensino do Cabo de Santo Agostinho-PE, no período de 1997 – 2003**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

SOUZA, ngelo Ricardo de. [et. al.]; **Gestão Democrática da Escola Pública**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Curitiba: Ed. da UFPR. 2005. 68p. Gestão e avaliação da escola pública;

TABORDA, Cleuza Regina Balan. **Conselho Escolar como Unidade Executora: limites e possibilidades no processo de construção da gestão democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2009.

[i] Doutoranda em Educação (UFPE), Mestre em Educação (UFPE), Especialista em Educação inclusiva, Professora da rede do Jaboaatão dos Guararapes e da Faculdade Anchieta do Recife – iagricilimaster@gmail.com

[ii] Eram órgãos consultivos de governo, legitimando a atuação estatal. Essa lógica que permeava a forma de organização dos conselhos tem uma vinculação com a concepção de Estado patrimonialista que predominou no Brasil durante muitos séculos.

[iii] Esse documento se constitui em um único regimento para toda a rede.